

Ulysses prevê fim da votação em 1 mês e diz que 'descobriu a pólvora'

Da Reportagem Local
e da Sucursal de Curitiba

O presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, se reuniu ontem das 18h20 às 19h40 com o governador de São Paulo, Orestes Quércia, no Palácio dos Bandeirantes (zona sul de São Paulo). Ao final do encontro, Ulysses disse que estabeleceu um cronograma, a ser aplicado a partir de hoje, para acelerar as votações no Congresso constituinte. "Pretendo terminar o primeiro turno em 40 sessões", afirmou.

O cronograma divulgado por Ulysses é o seguinte: às segundas e terças-feiras, uma sessão; quarta, quinta e sextas-feiras, duas sessões; em sábados e domingos alternados, duas sessões por dia. Se o objetivo for atingido, o primeiro turno terminará dentro de um mês.

Ulysses Guimarães disse que "descobriu a pólvora" para superar a falta de quórum no Congresso constituinte, mas negou-se a revelar a fórmula: "Fiz um estudo que redundará na volta à normalidade dos trabalhos, mas só vou divulgar a solução depois de conversar com os membros da Mesa Diretora", declarou.

A agilização do trabalho parlamentar é fundamental, no entender de Ulysses, para a preservação da unidade do PMDB. Para isso, ele conta com o apoio de Quércia: "Combinei com o dr. Ulysses que estimularei o comparecimento dos constituintes de São Paulo às sessões", afirmou Quércia.

Ulysses voltou a condenar a idéia de prorrogação dos mandatos de prefeitos, advertindo que as emendas nesse sentido que "impedem voto direto, secreto e periódico" poderão colidir com matéria já votada no Congresso constituinte.

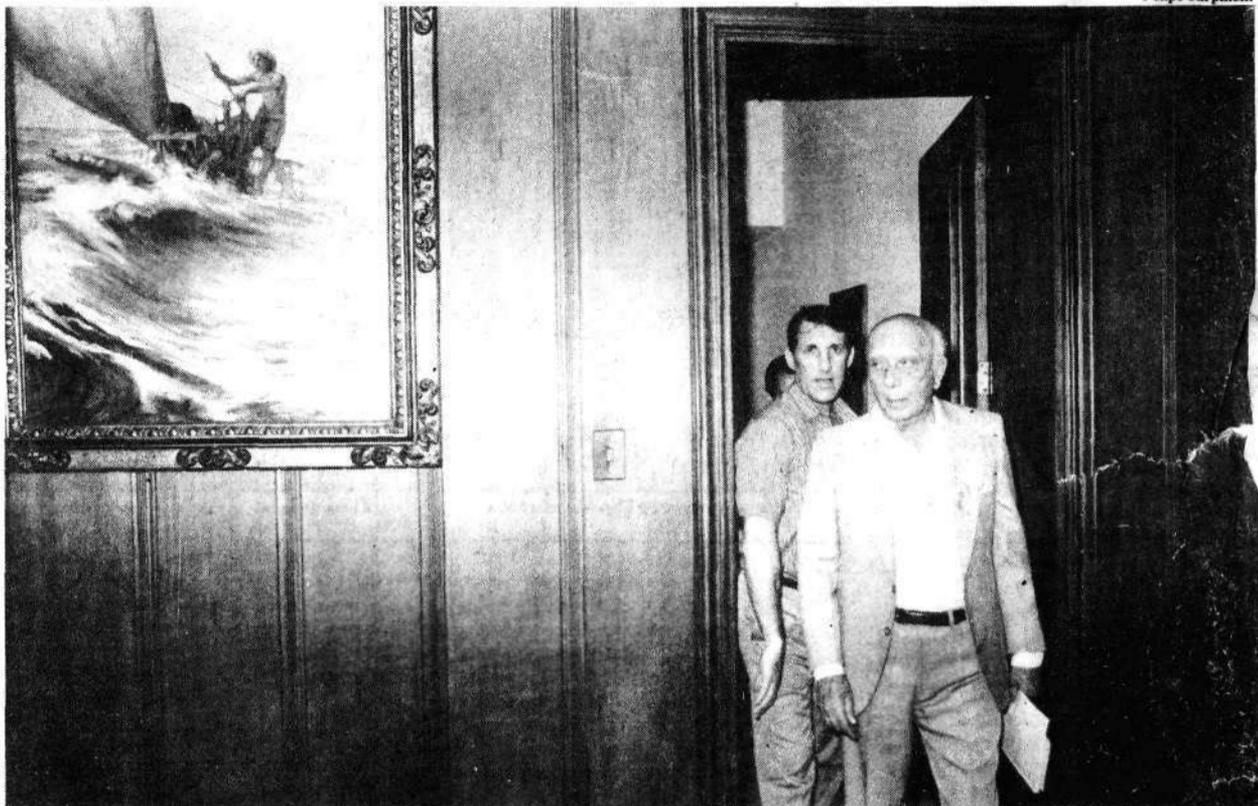
Ao lado de Ulysses na entrevista coletiva concedida após o encontro, Quércia também se manifestou "contra qualquer tipo de prorrogação de mandato, ainda que seja de um dia". Para o governador, a unidade peemedebista passa necessariamente pelo final dos trabalhos do Congresso constituinte "o mais rápido possível".

Orestes Quércia voltou a defender a tese de que só depois da "promulgação da nova Constituição, na convenção partidária" é que devem ser aprofundadas as discussões sobre temas que hoje dividem o partido. O governador citou "as relações do PMDB com o governo federal" como exemplo de assunto a ser definido só na convenção.

Richa

O senador José Richa (PMDB-PR) informou ontem que o grupo dos "assíduos" vai cobrar esta semana "medidas enérgicas" da mesa do Congresso constituinte contra a ausência de parlamentares no plenário. Para Richa, as ausências fazem parte do objetivo de "procrastinar o término da Constituinte", como forma de "inviabilizar tecnicamente" a realização das eleições municipais em novembro.

Na opinião do senador paranaense, o movimento pela prorrogação do mandato dos prefeitos aposta no atraso da nova Constituição porque "não tem coragem" de defender a sua posição. De acordo com Richa, a prorrogação é rejeitada "por toda a sociedade".



Felipe Carpinelli

O governador Orestes Quércia e o deputado Ulysses Guimarães deixam o gabinete do governador, após o encontro

Discussão do Judiciário pode ser polêmica

Da Sucursal de Brasília

No momento em que concluir a votação dos artigos referentes ao Poder Executivo, o plenário do Congresso constituinte estará diante de um capítulo repleto de pressões conservadoras: o Poder Judiciário.

Os parlamentares mais ligados ao tema são unânimes em apontar duas polêmicas centrais na discussão. Em primeiro lugar, a criação de um tribunal com a função específica de julgar questões constitucionais. Mais adiante, o Conselho Nacional de Justiça como órgão fiscalizador também levará a intensas divergências.

No caso do Tribunal Constitucional, deverá prevalecer a proposta aprovada pela Comissão de Sistematização e repetida na emenda do Centrão ao capítulo. Segundo estes textos, o Supremo Tribunal Federal, com onze ministros, passa a julgar exclusivamente processos constitucionais, enquanto um novo órgão, o Superior Tribunal de Justiça, assume as deliberações judiciais ordinárias. Atualmente, o STF acumula estas duas funções.

Os parlamentares ressaltam, no entanto, que a atual estrutura do STF exige adaptações à nova característica. "É preciso que haja a participação dos três poderes", afirma o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), referindo-se à nomeação dos ministros. Atualmente, todos são indicados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado. O deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), no entanto, apresentou emenda alterando esta composição: quatro ministros seriam escolhidos pelo presidente, quatro pela Câmara dos Deputados (por voto secreto da maioria absoluta dos membros) e três pelo próprio STF, dentre magistrados de carreira.

O deputado Michel Temer (PMDB-SP) assinala que a temporariedade do mandato dos ministros também é uma exigência da corte

constitucional. Existem emendas fixando o período em doze anos. Hoje, o ministro do STF tem cargo vitalício, com aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade.

Uma vez constituído com características de Tribunal Constitucional, o STF julgará processos de inconstitucionalidade. Os textos existentes definem as entidades que podem contestar a constitucionalidade das leis: a presidência da República, as mesas do Senado, da Câmara e das Assembleias Legislativas estaduais, os governos estaduais, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partidos políticos com representação no Congresso Nacional, a procuradoria-geral da República e confederações sindicais. O Centrão amplia a lista com entidades de classe de âmbito nacional.

Controle

A outra grande polêmica envolve o Conselho Nacional de Justiça, órgão previsto no projeto da Comissão de Sistematização suprimido no texto alternativo do Centrão. Segundo o projeto, o conselho seria responsável pelo "controle da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público".

Este controle externo esbarra na forte oposição do próprio Judiciário, que vê no conselho um "invasor". Atendendo a esta preocupação, o Centrão retirou o órgão de sua emenda, que será votada com preferência por ter conseguido mais de 280 assinaturas. Também irão a voto, por outro lado, propostas de reintrodução do conselho. "O texto do Centrão é conservador", dispara o presidente da OAB, Márcio Thomaz Bastos, referindo-se a este trecho.

O deputado Plínio de Arruda Sampaio propõe ainda outro sistema de controle: o presidente do Judiciário —federal ou estadual— comparceria semestralmente ao Legislativo para apresentar um relatório

sobre o desempenho dos tribunais naquele período. A idéia, porém, tem reduzidas possibilidades de ser aprovado pelo plenário.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), ex-presidente da OAB, concorda que a questão do tribunal constitucional e do controle externo do Judiciário centralizarão os debates neste capítulo. Mas ele evita pronunciar-se sobre o mérito antes de fazê-lo em plenário.

Avocatória

"Uma excrecência da ditadura". Plínio de Arruda Sampaio classifica desta forma o mecanismo conhecido como avocatória, que permite ao STF assumir o julgamento de qualquer processo, independentemente da instância e da fase em que se encontre. "Isto fere o princípio federativo e a independência do juiz", afirma Michel Temer. O Centrão incluiu a avocatória em sua emenda.

Resolvidas estes pontos, o plenário terá ainda que decidir sobre diversos aspectos do Judiciário. São menos polêmicos, mas não consensuais. É o caso da audiência preliminar nos processos judiciais, na qual as partes discutem oralmente com o juiz na busca de conciliação. "Sou favorável", adianta o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), um dos coordenadores do Centrão.

A votação incluirá também debates em torno da autonomia do Poder Judiciário de elaborar seu orçamento e estruturar-se administrativamente. Os julgados de pequenas causas deverão ser aprovados pelo plenário, assim como a cobrança de Imposto de Renda de juizes.

A Justiça Militar merecerá atenção especial. A esquerda quer evitar que civis possam ser julgados por tribunais militares. Os textos da Sistematização e do Centrão deixam esta definição para lei ordinária, mas existe a preocupação de especificar melhor o assunto no texto constitucional. (Andrew Greenlees)